

	<p>Estado de Mato Grosso Assembleia Legislativa</p>
<p>Despacho</p>	<p>NP: wz8lc4xf SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS 07/07/2015 Requerimento nº 353/2015 Protocolo nº 3044/2015 Processo nº 701/2015</p>
<p>Autor: Dep. Wilson Santos</p>	

Com fulcro no art. 443 e seguintes do regimento interno desta Casa de Leis, requeiro à Mesa Diretora, depois de ouvido o soberano plenário, que determine a convocação de Audiência Pública “Os desafios dos indígenas de Mato Grosso no Século XXI”, a ser realizada no dia 5 de Outubro de 2015 (segunda-feira), às 14:00, no Plenário “Milton Figueiredo” da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, com a finalidade de “discutir o processo de demarcação e ampliação de reservas indígenas no Estado de Mato grosso”.

Esta audiência contará com a presença dos senhores **Deputados Estaduais**, devendo ser convidados os Líderes dos Povos indígenas relacionados abaixo:

POVO INDÍGENA	LOCALIZAÇÃO
Apiaká	Rio dos Peixes, em Juara.
Arara	Aripuanã e Colniza
Aweti	Gaúcha do Norte
Bakairi	Nobres, Paranatinga e Planalto da Serra
Bororo	General Carneiro, Rondonópolis, Santo Antônio do Leverger e Barão do Melgaço.
Chiquitano	Cáceres
Cinta-Larga	Aripuanã e Juína
Eawenê-Nawê	Sapezal, Comodoro e Juína.
Guató	Barão de Melgaço
Ikpeng	Feliz Natal
Irantxe	Brasnorte
Kalapato	Querência
Kamayurá	Gaúcha do Norte
Karajá	O território Karajá se estende por todas as regiões do Vale do Araguaia, entre os Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso e Pará, concentrando-se principalmente no Parque Indígena da Ilha do Bananal (TO).
Kayabi	Rio dos Peixes, Juara.

Kayapó (Mebengôkre)	Peixoto de Azevedo, São José do Xingu.
Kuikuro	Gaúcha do Norte
Matipu	Gaúcha do Norte
Mehinaku	Gaúcha do Norte
Munduruku	Rio dos Peixes, Juara.
Myky	Brasnorte
Nahukwá	Gaúcha do Norte
Nambikwara	Comodoro, Pontes Lacerda, Nova Lacerda e Sapezal.
Panará	São Félix do Xingu e Guarantã do Norte.
Paresi	Tangará da Serra, Diamantino, Campo Novo do Parecis, Pontes e Lacerda, Comodoro e Sapezal.
Rikbaktsa	Brasnorte, Juara e Cotriguaçu.
Surui	Arupuanã
Suyá	Querência
Tapayuna	São José do Xingu
Tapirapé	Santa Terezinha
Terena	Rondonópolis
Trumai	Feliz Natal
Umutina	Barra do Bugres
Waurá	Gaúcha do Norte
Xavante	Água Boa, Paranatinga, Nova Xavantina, Barra do Graças, Campinápolis, Novo São Joaquim, Canarana, Ribeirão Cascalheira e General Carneiro.
Yawalpiti	Gaúcha do Norte
Yudjá (Juruna)	Marcelândia
Zoró	Rondolândia.

E também os representantes de:

- Ministério da Justiça
- Fundação Nacional do Índio (FUNAI)
- Câmara Federal
- Senado Federal
- Ministério Público Federal
- Ministério Público Estadual
- Secretaria da Casa Civil do Estado de Mato Grosso
- Secretaria de Justiça e Direitos Humanos de Mato Grosso
- Secretaria de meio Ambiente de Mato Grosso
- Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (FAMATO)
- Sindicatos Rurais dos Municípios interessados pela questão das reservas indígenas
- Prefeituras e Câmaras Municipais interessados pela questão das reservas indígenas
- Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
- Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT)
- ONGs relacionadas com a questão indígena no Brasil

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 07 de Julho de 2015

Wilson Santos
Deputado Estadual

JUSTIFICATIVA

Devido à ocupação de regiões indígenas pelas culturas da soja e do gado, bem como monoculturas agrícolas, o uso de pesticidas e a diminuição das matas, seu modo de vida ligado à caça e à coleta tem mudado bastante. Muitas vezes a caça e a coleta são deslocadas da mata para as cidades vizinhas, onde vão adquirir alimento e coisas dos estrangeiros.

Um dos últimos povos indígenas considerados isolados em Mato Grosso compartilha o mesmo impasse vivido por outras etnias que estão acossadas pelo agronegócio

Os povos nativos de muitas regiões do mundo costumam ser o elo fraco da corrente em algumas sociedades constituídas, e o Brasil não é exceção. Dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão ligado ao Ministério da Justiça, apontam que hoje a população desses povos representa apenas 27% do que era originalmente na época do descobrimento, passando de 3 milhões de indivíduos para 817.962 integrantes. Em situação de vulnerabilidade, uma das últimas etnias isoladas em Mato Grosso corre risco de sumir com a expansão agrícola.

Ocupando o território de Colniza – município que fica a 1.006 km de Cuiabá e que ostenta títulos nada gloriosos, como o de já ter sido considerada a cidade mais violenta do Brasil e ainda hoje fazer parte do “arco do desmatamento”, na Amazônia – a etnia Kawashiva do Rio Pardo, um dos últimos povos isolados de Mato Grosso, está acossada pelo agronegócio.

Os indivíduos, que estimativas apontam ser em torno de 30 homens e mulheres, correm o risco de desaparecer.

Localmente são conhecidos como "baixinhos" e seriam os últimos sobreviventes de um povo dizimado durante décadas de exploração e ocupação violenta de seu território. Além dos isolados do rio Pardo, os "Kawahibi" do Madeirinha e os Kayabi (nordeste do Mato Grosso) são os últimos representantes desta etnia que outrora dominava territórios entre o nordeste de Mato Grosso e o sul do Amazonas.

Em 1999, a FUNAI identificou os primeiros vestígios da existência da etnia no rio Pardo. Dois anos depois, em maio de 2001, o órgão interditou pela primeira vez o acesso de pessoas estranhas à área de mais de 400 mil hectares, entre o rio Pardo e a Serra Grande (mais precisamente entre os rios Guariba e Aripuanã) – agora chamada Terra Indígena (TI) Kawahiva do Rio Pardo.

Em fevereiro de 2001, as demarcações foram suspensas para que União, Estado e Municípios se manifestassem, fazendo com que o processo ficasse parado e sendo retomado apenas em 2013 (12 anos depois), quando a 2ª Vara da Justiça Federal de Mato Grosso obrigou a União e a FUNAI a concluírem a demarcação da Terra Indígena Kawahiva do Rio Pardo, em resposta a uma ação proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) no ano de 2010.

A oposição da Sul Amazônia Madeiras e Agropecuária Ltda. (SULMAP), empresa possuidora de terras na área demarcada, representantes do agronegócio local e estadual, como a Associação dos Proprietários Rurais de Colniza (APCR) e a Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso (FAMATO), além de políticos do município, engrossam a pressão sobre a etnia, bem como a FUNAI.

Considerados como um dos últimos grupos indígenas isolados de Mato Grosso, os Kawashiva do Rio Pardo sofre intensa pressão dos empresários do agronegócio, que não têm limites para a derrubada de matas e ocupação irregular de áreas pertencentes à União e que devem servir para demarcações de territórios nativos.

Segundo Ivar Busatto, coordenador geral da Operação Amazônia Nativa (OPAN), os Kawashiva do Rio Pardo sofrem “a mesma pressão que outras etnias enfrentam no Brasil”. O representante da Organização não Governamental (ONG) – a primeira indigenista no país, fundada em 1969 – diz ainda que a maioria das frentes é para “tomar a posse, aumentando o faturamento”.

“A frente de expansão agrícola vem pressionando esse povo. Em sua maioria, eles tomam posse para

aumentar seu faturamento e na maioria das vezes esse processo se dá de forma ilegal”, afirma.

Com apenas 30 indivíduos, segundo estimativas da FUNAI, a preservação desse povo é um pouco mais complexa do que para etnias que já desenvolveram uma interação maior com a sociedade como conhecemos, devido ao seu isolamento.

Ivar corrobora essa dificuldade relatando os contatos que os Kawashiva do Rio Pardo tiveram até hoje com FUNAI, Universidades, ONGs e demais organizações da sociedade.

“Ninguém manteve contato direto com eles até hoje para conseguir estabelecer uma relação efetiva. Nenhum órgão oficial teve contato direto com a etnia”.

Para o coordenador geral da OPAN a atitude esperada do governo é que ele realize estudos que viabilizem a preservação da cultura e das tradições dos povos indígenas, e faz críticas ao Estado de Mato Grosso: “De um modo geral, Mato Grosso ainda é um Estado que utiliza a força bruta: chega, derruba a mata e ocupa tudo ilegalmente”.

Também é muito importante sabermos que a demora do Estado para regularizar terras indígenas deixa tal parte da população vulnerável. Segundo o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), as terras que continuam sem regularização final, mesmo as registradas e declaradas, são mais expostas a invasões, ocupações, desmatamento e exploração ilegal de recursos naturais.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 07 de Julho de 2015

Wilson Santos
Deputado Estadual